

Libertação, Raça e Decolonialidade

Breno Augusto da Costa
Felipe Nogueira de Carvalho
Rodrigo Marcos de Jesus
Milena Oliveira Pires
Leonardo Rennó Santos
(Organizadores)



© 2024 ANPOF

Gerente Editorial

Junior Cunha

Editora Adjunta

Daniela Valentini

Produção Editorial

Amanda C. Schallenberger Schaurich

Mônica Chiodi

Instituto Quero Saber

www.institutoquerosaber.org

editora@institutoquerosaber.org

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L695

Libertação, raça e decolonialidade. / organizadores,
Breno Augusto da Costa ... [et al.]. 1. ed. (ebook)
Toledo, Pr.: Instituto Quero Saber, 2024.
274 p. (Coleção do XIX Encontro Nacional de
Filosofia da ANPOF)

Modo de Acesso: World Wide Web:
<<https://www.institutoquerosaber.org/editora>>
ISBN: 978-65-5121-029-7
DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.89>

1. Filosofia.

CDD 22. ed. 190

Rosimarizy Linaris Montanhano Astolphi – Bibliotecária CRB/9-1610

Este livro foi editado pelo Instituto Quero Saber em parceria com a ANPOF.
O teor da publicação é de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores.

Vieses implícitos, expansividade branca e a percepção racializada do espaço

*Felipe Nogueira de Carvalho*¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.89.04>

1 Introdução

Durante as últimas décadas, pesquisas empíricas em psicologia social e cognitiva têm mostrado uma influência cada vez maior dos chamados “vieses implícitos” sobre a cognição e a percepção social, principalmente no domínio racial. Estudos mostram que homens negros tendem a ser percebidos como maiores, mais fortes e mais agressivos do que homens brancos do mesmo tamanho e porte físico (Wilson, Hugenberg & Rule, 2017), que juízes brancos na NBA tendem a marcar faltas com mais frequência quando jogadores negros estão envolvidos (Price & Wolfers, 2010), que rostos racialmente ambíguos são desproporcionalmente identificados como negros quando exibem expressões raivosas e como brancos quando exibem expressões contentes (Hugenberg & Bodenhausen 2004), que rostos negros com expressões neutras são mais prontamente categorizados como hostis em comparação a rostos brancos com as mesmas expressões (Hugenberg & Bodenhausen, 2003), entre outros.

Todos esses resultados são explicados pelos pesquisadores como casos de “vieses implícitos”, ou associações automáticas entre rostos negros e qualidades negativas aprendidas por exposição a estereótipos

¹ Professor adjunto de Filosofia na Universidade Federal de Lavras.
Email: felipe.nogueira@ufla.br

culturais preconceituosos, que guiam a cognição e o comportamento sem que os sujeitos tenham consciência disso. O conceito de “viés implícito” ganhou popularidade a partir do teste de associação implícita (doravante TAI) desenvolvido por Anthony Greenwald e colaboradores (Greenwald, McGhee & Schwarz, 1998), em que os participantes deveriam apertar uma tecla no computador cada vez que um rosto negro ou uma palavra denotando uma qualidade negativa aparecesse na tela (feio, sujo, perigoso, etc.), e uma tecla diferente cada vez que um rosto branco ou uma palavra denotando uma qualidade positiva fosse percebida (belo, corajoso, admirável, etc.). Em seguida as instruções se invertiam, e os participantes deveriam apertar uma tecla no computador cada vez que um rosto negro ou uma qualidade positiva aparecesse na tela, e uma tecla diferente cada vez que um rosto branco ou uma qualidade negativa fosse percebida. A maior parte dos participantes demonstrou preferência implícitas por rostos brancos, isto é, uma maior rapidez para associar rostos brancos a qualidades positivas e rostos negros a qualidades negativas.

Para explicar esse resultado, Greenwald e seus colaboradores usaram o conceito de “viés implícito” para se referir ao estado mental resultante da associação automática entre um conceito como [homem negro] e um conceito como [perigoso], que faz com que os participantes do teste sejam mais rápidos em apertar uma tecla do computador quando rostos negros aparecem associados a qualidades negativas. Como nos estudos supracitados os autores encontraram uma correlação entre percepções enviesadas e preferência por rostos brancos em um TAI racial, essas percepções são explicadas pela presença de estados mentais associativos caracterizados como vieses implícitos, que por sua vez são resultados de exposição a estereótipos culturais preconceituosos (de que homens negros são perigosos, por exemplo).

Mas embora o TAI já tenha sido amplamente utilizado para detectar vieses implícitos em relação a diferentes categorias sociais, como

gênero, idade, peso, sexualidade, etc.², não é claro que essa mesma metodologia possa ser utilizada para investigar vieses implícitos no modo como certos espaços públicos são percebidos. Será que a percepção desses espaços pode ser, em algum sentido, racialmente enviesada? Esta será a pergunta que guiará a discussão do presente artigo.

Por um lado, é possível pensar um uso possível desta metodologia para investigar vieses implícitos na percepção do espaço. Se pensarmos em um TAI envolvendo fotografias de espaços tipicamente negros (como um terreiro de candomblé) ou tipicamente brancos (como um clube de golfe de elite) e palavras denotando qualidades positivas e negativas, poderíamos esperar que a maior parte dos participantes fosse mais rápida em associar espaços tipicamente negros a qualidades negativas, e espaços tipicamente brancos a qualidades positivas.

Há, no entanto, algumas limitações metodológicas importantes em um estudo como esse. Em primeiro lugar, ele apenas replica a preferência por rostos brancos encontrada em um TAI racial típico; como os espaços representados nas fotografias são predominantemente ocupados por pessoas negras (terreiro de candomblé) ou brancas (clube de golfe), esse resultado poderia ser explicado simplesmente pela preferência do participante por rostos brancos já estabelecida em outros estudos. Em segundo lugar, como os vieses implícitos são, nesse paradigma, associados a estereótipos socioculturais, um TAI desse tipo nos permitiria investigar apenas espaços tipicamente negros ou brancos, como os casos do terreiro de candomblé ou do clube de golfe. Mas o que dizer de espaços que não são, a princípio, associados a um estereótipo racial forte, como uma universidade, uma praça pública no centro da cidade ou uma conferência de filosofia? Se é a exposição a estereótipos culturais preconceituosos que causa as associações automáticas

² Ver os testes disponíveis em: <https://implicit.harvard.edu/implicit/brazil/selectatest.jsp>, acesso em: 03 ago. 2023.

detectadas por vieses implícitos, então a ausência de estereótipos raciais associados a esses espaços nos levaria a supor que tais espaços sejam percebidos como racialmente neutros.

No entanto, será que a percepção desses espaços como racialmente neutros não poderia ser na verdade uma percepção racialmente enviesada? Esta será a sugestão explorada nesse artigo. Mas para clarificar esse ponto, será necessário primeiramente repensar o conceito de vieses implícitos para além de associações conceituais automáticas oriundas de estereótipos culturais. A partir do trabalho de Céline Leboeuf (2020), defenderei que vieses implícitos devem ser pensados como *hábitos perceptuais corporificados*, ou modos socialmente aprendidos de se engajar com diferentes aspectos do mundo social. Nesta concepção, a impressão de neutralidade racial é oriunda de um hábito perceptual corporificado que chamaremos de “expansividade branca”, em que o espaço é percebido em termos de mobilidade e oportunidades de ação, em contraste à constrição não-branca, em que o espaço é ocupado e percebido em termos de restrição e impedimento. Isto quer dizer que a percepção desses espaços como racialmente neutros é em si um sintoma de privilégio e não de competência. Confrontar a racialidade implícita desses espaços demanda o que o filósofo George Yancy (2015) chama de “de-suturação” da experiência, uma abertura afetiva e epistêmica que expõe a ilusão de neutralidade e a reconceitualiza como opressora para os não-brancos que ocupam esses mesmos espaços.

A estrutura do artigo será a seguinte. Na próxima seção explorarei mais a fundo a noção de “vieses implícitos”, desde as concepções mentalistas e associacionistas oriundas do teste de associação implícita até a noção de hábito perceptual corporificado proposta por Céline Leboeuf, argumentando a favor desta última como a forma mais útil de se pensar em vieses implícitos. Em seguida, na seção 3, usarei a noção de hábito perceptual corporificado para introduzir a “expansividade branca” como um tipo específico de hábito racial, mostrando como ele se

manifesta na experiência vivida de sujeitos não-brancos ao fazê-los perceber os espaços que habitam em termos de expansão e permissibilidade. Finalmente, a seção 4 sugerirá algumas formas em que este hábito poderá ser quebrado, a partir da noção de “de-suturação” proposta por George Yancy. Desta forma, teremos um poderoso conceito em mãos para pensar a racialização do espaço em termos de estruturas experienciais pré-reflexivas que moldam a forma como o espaço é percebido a partir de categorias raciais, além de uma sugestão promissora para quebrá-las.

2 O que são vieses implícitos?

“Viés implícito” é um construto psicológico proposto com o intuito de elucidar uma gama de fenômenos nos quais os comportamentos de um sujeito em relação a um determinado objeto x não podem ser explicados por suas crenças reflexivas acerca de x , mas precisam recorrer a certas atitudes em relação a x que, supostamente, operam sob o radar da sua consciência. Esse construto surgiu com o desenvolvimento das chamadas *medidas indiretas de atitudes* nas décadas de 1970 e 1980, nas quais os participantes não são questionados diretamente sobre suas preferências em relação a x , mas são instruídos a se engajar em comportamentos que têm como objetivo detectar expressões automáticas dessas atitudes. O que quer que essas medidas indiretas detectem é o referente de um “viés implícito”. Dado que frequentemente há um desalinhamento entre as crenças reflexivas dos sujeitos e suas avaliações supostamente “inconscientes”, essas últimas passaram a ser denominadas *atitudes implícitas* ou *vieses implícitos* (Payne & Gawronski, 2010)³.

³ É uma questão controversa se *atitudes implícitas* e *vieses implícitos* equivalem à mesma coisa, e se a inconsciência é uma marca constitutiva de vieses implícitos. Para uma discussão aprofundada cf. Brownstein *et al.*, 2019.

A medida indireta de atitudes mais popular é, sem dúvida, o supracitado teste de associação implícita, já realizado por milhares de pessoas dos mais diversos países e frequentemente visto em manchetes e colunas nos principais veículos de comunicação ao redor do mundo.⁴ Outras medidas indiretas menos conhecidas do grande público, mas ainda populares na psicologia empírica, são a *Evaluative Priming Task* (Fazio *et al.*, 1986) e a *Affect Misattribution Procedure* (Payne *et al.*, 2005).

Essas medidas indiretas foram recentemente alvo de duras críticas por parte de Edouard Machery (2022), que mostrou que, apesar de seu sucesso popular, elas são em geral pouco confiáveis, apresentam resultados variáveis ao longo de testes subsequentes, têm baixa validade preditiva no que se refere ao comportamento, e não fornecerem nenhuma evidência de que o que está sendo mensurado é uma atitude implícita que impacta causalmente o comportamento e não algo meramente epifenomenal. Essas críticas desferiram um duro golpe no programa de pesquisa dos vieses implícitos e colocaram desafios consideráveis a esse construto psicológico, tanto em termos conceituais quanto metodológicos. Dito isso, será que ainda há uma noção teoricamente útil de viés implícito que possa ser usada para investigar a racialização de nossa percepção do espaço, conforme afirmado neste artigo?

Defenderei aqui uma resposta afirmativa. No entanto, para fazê-lo, apresentarei a seguir uma noção de viés implícito que difere significativamente da maneira como este construto é normalmente definido na psicologia empírica, e que não depende da confiabilidade e

⁴ Como por exemplo o estadunidense *New York Times*: (<https://www.nytimes.com/2015/01/04/upshot/the-measuring-sticks-of-racial-bias-.html>, acesso em 01 ago. 2023), o francês *La Tribune* (<https://www.latribune.fr/opinions/tribunes/recrutement-inclusif-comment-com-trer-les-biais-cognitifs-935358.html>, acesso em: 01 ago. 2023) e o brasileiro *Folha de São Paulo* (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2020/06/confrontando-o-preconceito-racial.shtml>, acesso em 01 ago. 2023), entre muitos outros.

Vieses implícitos, expansividade branca e a percepção racializada do espaço

validade preditiva de medidas indiretas como o TAI. A partir de ferramentas teóricas da tradição fenomenológica, me basearei no trabalho de Céline Leboeuf (2020) para reconceitualizar os vieses implícitos como *hábitos perceptuais corporificados*, ou modos socialmente aprendidos de interagir com o mundo social que são colocadas em ação em contextos específicos e integradas em estruturas sociais mais amplas. Assim, deixarei de lado os modelos mentalistas associacionistas pressupostos por grande parte da literatura empírica, nos quais os vieses implícitos são estados semelhantes a crenças inconscientes que resultam de processos associativos automáticos entre conceitos⁵.

Para Céline Leboeuf (2020, p. 41), “vieses implícitos não devem ser concebidos como estando dentro da cabeça das pessoas, mas sim como algo corporificado e social”. A noção de hábito que Leboeuf utiliza vem de William James (1890/1950), como rotinas comportamentais que melhoram o desempenho ao facilitar os movimentos necessários para concluir uma tarefa, e nas quais há pouca ou nenhuma atenção consciente. Quando aprendemos a dirigir um carro pela primeira vez, por exemplo, as diferentes subtarefas envolvidas no processo (mudar a marcha, olhar no retrovisor, etc.) são cognitivamente exigentes e requerem atenção consciente. À medida que nossa prática melhora com o tempo esses movimentos se tornam habituais, e aprendemos a posicionar automaticamente nossos corpos e executar com maestria uma série de ações motoras que levarão ao sucesso da atividade. É a diminuição da atenção consciente que ocorre com a prática e a fluidez com que as rotinas comportamentais são executadas que fazem com que esses hábitos pareçam “inconscientes” ou “automáticos”.

⁵ Para um exemplo ver o Modelo Avaliativo Associativo-Proposicional de Gawroski & Bodenhausen (2011).

A ideia de hábitos perceptuais, por sua vez, vem de Merleau-Ponty (1945/2022), que argumentou fortemente contra a ideia de que a percepção é um mero registro passivo das características sensoriais de objetos externos. Pelo contrário, para Merleau-Ponty, aprendemos a ver de maneira muito semelhante a como aprendemos a dirigir um carro, ou seja, aprendendo a orientar nossos corpos para melhor manipular os objetos e engajar com o mundo à nossa volta. Em outras palavras, perceber objetos materiais como portas e cadeiras é perceber objetos que já estão pré-reflexivamente imbuídos de significado e que são experienciados como estando acessíveis a nós, em relação aos quais podemos realizar várias ações como sentar, abrir, empurrar, etc.

Aprendemos, portanto, a perceber objetos materiais adquirindo certos hábitos perceptuais, que incluem habilidades como postura apropriada, orientação do corpo, direção do olhar, padrões atencionais, etc., que nos ajudam a lidar com vários aspectos do mundo físico e social. Como Merleau-Ponty (1945/2022, p. 212) coloca, quando adquirimos um hábito perceptual adquirimos “um certo estilo de visão, um novo uso do corpo próprio”. E, claro, as outras pessoas são uma parte fundamental do nosso mundo, por isso é esperado que adquiramos hábitos perceptuais em relação a pessoas de diferentes grupos sociais que nos ajudam a navegar pelo mundo social de forma habilidosa. Esses hábitos proveem um esquema sobre como responder e interagir com outras pessoas em diferentes contextos. A percepção de nossos próprios pais, por exemplo, é muito diferente da percepção de um professor, um policial ou um estranho na rua, no sentido de que cada um desses encontros envolve diferentes posturas, disposições comportamentais e orientações corporais. Para cada um desses grupos sociais, podemos dizer que adquirimos um hábito perceptual distinto, que será mais ou menos adaptado a cada contexto de interação.

No entanto, não enfrentamos o desafio de como interagir com diferentes aspectos do mundo social por conta própria, por tentativa e

erro. Ao invés disso, nosso processo de aprendizado é profundamente intersubjetivo e sustentado pelo contexto sociomaterial no qual ele ocorre, e a maior parte de nossos hábitos corporificados são adquiridos observando, imitando e interagindo com outros membros de nosso grupo social. A forma como os outros à nossa volta se comportam e interagem com o mundo, por sua vez, está incorporada em estruturas sociais mais amplas e influenciada por categorias sociais como gênero, classe, raça, e assim por diante, e reforçada por instituições que ajudam a manter e transmitir essas estruturas (escola, tradições religiosas, família, etc.). Isso significa que desenvolvemos hábitos perceptuais que são não apenas semelhantes aos de nossos cuidadores e grupo social mais restrito, mas também aos de nosso grupo social mais amplo.

Na introdução desse artigo vimos diversos estudos que mostram que homens negros tendem a ser percebidos como mais agressivos e hostis do que homens brancos. Esses resultados podem ser interpretados a partir da noção de hábitos perceptuais corporificados, segundo a qual os participantes dos experimentos estão colocando hábitos raciais em ação, isto é, mobilizando formas socialmente aprendidas de perceber e interagir com homens negros estruturadas pela categoria social da branquitude. Para citar Leboeuf (2020, p. 48, grifo meu), “ter um viés implícito significa simplesmente **usar o corpo de maneira enviesada**”. Assim, quando falamos de hábitos perceptuais corporificados, a qualificação desses hábitos como *perceptuais* não deve nos levar a pensar em um simples registro de características sensoriais. Pelo contrário, hábitos perceptuais são processos heterogêneos que envolvem elementos diversos como padrões de resposta motora, disposições afetivas, posturas e orientações corporais, e assim por diante.

Para explicar o elemento social de hábitos perceptuais corporificados, Leboeuf utiliza o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1980), que visa capturar o papel de estruturas sociais mais amplas na organização de nossas percepções e movimentos corporais habituais de

forma coordenada e sistemática, de acordo com categorias sociais como raça, classe, gênero, etc. Essa abordagem é importante porque retira os vieses implícitos de dentro da cabeça das pessoas — como é pressuposto pela psicologia empírica — e os reposiciona como propriedades do ambiente social externo, como formas habituais de negociar o mundo que são herdadas, praticadas e transmitidas por grupos sociais mais amplos através de práticas socioculturais e institucionais.

Na verdade, para Bourdieu, hábitos são ao mesmo tempo uma propriedade de indivíduos e uma propriedade do mundo social. Podemos falar, por exemplo, do “hábito de tomar chimarrão” tanto como um hábito da população gaúcha em geral, quanto como um hábito de Joana, uma mulher gaúcha em particular. Isso significa que, embora o hábito seja praticado por Joana em contextos específicos, o hábito está amplamente disponível em seu contexto social e é estruturado por ele. Joana provavelmente adquiriu esse hábito observando, aprendendo com e imitando outras pessoas ao seu redor, e só podemos explicar por que Joana tem esse hábito a partir de estruturas e normas sociais mais amplas que estão em operação na região geográfica de Joana.

Mas como os hábitos são ao mesmo tempo propriedades de indivíduos e propriedades do mundo social, há uma retroalimentação contínua entre ambos os níveis, de modo que não apenas os hábitos sociais estruturam hábitos individuais, mas os hábitos individuais também contribuem para sedimentar hábitos sociais. Quando ativistas negros conscientizam sobre certos usos racistas da linguagem, por exemplo, isso pressiona os indivíduos a pararem de usar certos termos em seu discurso, o que, ao longo do tempo, resulta em uma mudança no hábito social mais amplo, na medida em que as disposições para empregar um certo tipo de linguagem são modificadas pelo comportamento individual.

Portanto, a partir de agora, sempre que mencionarmos o conceito de vieses implícitos, ele deve ser compreendido, seguindo Leboeuf, como *hábitos perceptuais corporificados*. Essa formulação busca capturar o fato de que nossas formas habituais de interagir com o mundo são condicionadas por nosso ambiente social, e que tipicamente empregamos esses padrões habituais de respostas (motoras/afetivas/corporificadas) com pouca atenção consciente.

Agora que temos uma noção mais clara do que sejam vieses implícitos, podemos usar esse conceito para investigar a questão principal deste artigo, a saber: o que significa ter uma percepção enviesada (racializada) do espaço? De que forma usamos nosso corpo para agir e locomover por diferentes espaços a partir de categorias raciais? Responder estas questões será a tarefa principal da próxima seção.

3 Expansividade branca como hábito perceptual corporificado

Hábitos perceptuais corporificados não moldam apenas a forma como percebemos e interagimos com membros de diferentes categorias sociais. Independentemente de nossas interações intersubjetivas, hábitos perceptuais corporificados influenciam também nossos gostos, preferências, a forma como nos movemos e nos locomovemos pelo espaço, e como nos envolvemos com bens sociais, materiais e epistêmicos que são acessados e transmitidos de dentro de nosso grupo social.

A análise de papéis de gênero de Iris Marion Young (2005) pode ser útil para uma melhor compreensão desse ponto. A partir dos estudos de Erwin Straus sobre como meninos e meninas arremessam uma bola, observou-se que os meninos eram mais expansivos e utilizavam mais força e mais espaço físico no arremesso, enquanto as meninas eram mais tímidas e contidas. Mas se Straus, no estudo original, explicou esta

diferença em termos biológicos⁶, Young (2005, p. 31), a partir de Simone de Beauvoir (1949/2009), enfatiza como papéis de gênero socialmente aprendidos determinam “um conjunto de estruturas e condições que delimitam a situação típica de ser mulher em uma dada sociedade, assim como a forma típica como essa situação é vivida pelas próprias mulheres”.

Traduzindo no vocabulário do presente artigo, podemos dizer que hábitos perceptuais corporificados de gênero determinam não apenas como iremos perceber e interagir com pessoas de diferentes gêneros, mas também nossos gostos, preferências, disposições para sentir, pensar, afetar e ser afetado, além do próprio modo como movemos e posicionamos nossos corpos para interagir com diferentes aspectos do mundo. Como diz Young (1980, p. 32) mais uma vez, “mulheres geralmente abordam envolvimento físico com as coisas com timidez, incerteza e hesitação. Normalmente, não temos confiança em nossos corpos para alcançar nossos objetivos”. O que os estudos de Straus mostram, na verdade, são hábitos de gênero socialmente aprendidos sendo colocados em ação por meninas e meninos.

A partir das observações acima, podemos começar a entender o que é um hábito perceptual corporificado racial. De acordo com a presente proposta, o hábito corporificado da branquitude pode ser compreendido em termos de *expansividade branca*: uma forma de agir, se locomover e ocupar o espaço em termos de expansão e permissividade, como se todo o espaço estivesse amplamente disponível para ser ocupado, desfazendo os limites entre o que está “dentro” e o que está “fora”; tudo passa a ser parte de um mesmo espaço amplamente acessível ao agente branco. Em contraste, agentes negros percebem muito bem tais limites e sabem que alguns espaços e estabelecimentos estão fora dos limites de suas possibilidades de ação, sob pena de serem interpretados

⁶ Cf. Young, 2005, p. 27-28.

como violentos e ameaçadores. Em contraposição à expansividade branca, encontramos, portanto, a constrição não-branca.

Esse hábito racial corporificado pode nos ajudar a entender como a percepção de espaços que não estão, a princípio, associadas a um estereótipo racial forte — como uma praça pública, uma universidade ou uma conferência de filosofia — pode ainda sim ser racialmente enviesada. Como tais espaços não ativarão categorias raciais específicas, eles serão percebidos por agentes brancos como racialmente neutros, isto é, como espaços em que membros de qualquer grupo racial podem agir e se locomover com igual destreza e permissividade. Suas próprias habilidades de ação, por sua vez, não aparecem em sua experiência como racialmente marcadas, diferente de agentes negros, que percebem claramente como suas próprias restrições de movimento são efeitos da racialização. Mas, como veremos no restante deste artigo, a percepção do espaço como racialmente neutra é em si um viés racial que contribui diretamente para a manutenção do racismo e a exclusão de agentes não-brancos desses espaços. Mas antes de clarificarmos esse ponto, será preciso dizer algumas palavras sobre o que é “perceber” os espaços que ocupamos e pelos quais nos locomovemos.

Como vimos na seção anterior com Merleau-Ponty, a percepção não deve ser pensada como um mero registro passivo de propriedades sensoriais do mundo exterior, mas como uma atividade intimamente ligada às ações do agente no mundo. Em outras palavras, não percebo o layout de meu escritório simplesmente em termos de objetos inertes com diferentes cores, formas e tamanhos, mas sim em termos de objetos já imbuídos de significado e com os quais posso interagir para a execução de tarefas diversas. Isto é, a percepção do meu escritório é uma atividade habilidosa em que diferentes objetos, desde os livros na estante até a xícara de café ao lado do computador, são percebidos como estando disponíveis para a ação e manipulação. Perceber o espaço que ocupamos é, portanto, saber interagir com as possibilidades de ação que esse espaço

nos apresenta. Dito de outra forma, a espacialidade que a percepção nos apresenta é uma *espacialidade vivida*, de acordo com as habilidades, aparato sensorio-motor e histórico de interações do agente em seu meio. A estante que é percebida por mim como um local para guardar (e acessar) livros, pode ser percebida por meu gato como um local confortável de repouso.

Desta forma, os diferentes espaços públicos pelos quais nos movimentamos, como ruas, praças, restaurantes, estabelecimentos comerciais, universidades, conferências de filosofia, etc., serão racializados em virtude das diferentes formas de espacialidade vivida que cada grupo racial experiencia nesses espaços, a partir de diferentes hábitos perceptuais corporificados. Enquanto um agente branco tipicamente experiencia uma loja de departamento em termos de expansão e permissibilidade, em que praticamente qualquer item da loja está potencialmente disponível para manuseio e aquisição, um agente negro irá experienciar o mesmo espaço em termos de impedimento e restrição, profundamente ciente de que qualquer movimento seu pode ser interpretado por outros consumidores e por agentes de segurança como um ato de violência e ameaça. Diferentes espacialidades vividas, diferentes hábitos raciais corporificados, tornando o espaço profundamente racializado ainda que ele não apareça desta forma para agentes brancos.

Esse ponto pode ser visto facilmente na análise fenomenológica da branquitude desenvolvida por Sarah Ahmed (2007). Ahmed argumenta que a branquitude pode ser compreendida em termos de uma orientação pré-reflexiva no espaço na qual uma série de coisas, como objetos materiais, aspirações, habilidades, questões de investigação, carreiras profissionais, etc., são experienciadas como ao alcance e disponíveis para manipulação e exploração. Essa orientação pré-reflexiva é herdada de, e transmitida a, outras pessoas brancas, e reforçada por instituições que ajudam a mantê-las no lugar. Como tal, pessoas brancas

tipicamente ocupam e se movem através do espaço de maneira mais expansiva em relação a outros grupos raciais não-brancos, como se o próprio espaço, juntamente com sua estrutura sóciomaterial, estivesse sempre disponível para ser legitimamente ocupado (Sullivan, 2006). Essa orientação pré-reflexiva da branquitude pode ser entendida aqui como um *viés racial*, no sentido de ser uma forma habitual e corporificada de se engajar com objetos, pessoas e lugares estruturada pela categoria racial à qual se pertence.

No cerne da racialização, portanto, está justamente a espacialidade vivida de diferentes grupos raciais. Como diz Shannon Sullivan (2006, p. 147), “a raça de um sujeito, que constitui sua experiência vivida, é parcialmente composta pelos espaços em que se é admitido”. Ou seja, a espacialidade vivida por agentes brancos e negros constitui, ao mesmo tempo em que é constituída, pela supremacia e privilégios brancos. Mas como o espaço é experienciado por agentes brancos sem nenhum tipo de fricção ou resistência, sua estrutura racializada não aparece em sua experiência, sendo então percebido como racialmente neutro. Mas dado que o espaço é na verdade racializado, essa neutralidade é ilusória. Se quisermos, portanto, tornar tais espaços mais inclusivos, será preciso quebrar a ilusão de neutralidade que constitui a expansividade branca. Para isso, o conceito de “de-suturação” de George Yancy (2015) pode ser útil, como será explicado na próxima seção.

4 De-suturação

Vimos anteriormente que o hábito perceptual corporificado associado à branquitude — caracterizado aqui como *expansividade branca* — faz com que o espaço seja vivido (percebido) em termos de expansão e permissibilidade, ainda que esta estrutura não seja marcada na experiência como racializada. Isso torna os espaços pelos quais agentes brancos tipicamente circulam como espaços excludentes para

agentes não-brancos, pois os brancos não percebem que esta estrutura experiencial não é universal, isto é, que agentes não-brancos experienciam os mesmos espaços em termos de impedimentos e restrições, e, mais do que isso, que essas restrições estão diretamente ligadas à expansão e permissibilidade experienciada por agentes brancos. Afinal de contas, a confiança atribuída a um agente branco para que possa agir e se movimentar livremente por um dado espaço (por exemplo, passear em uma loja de departamento sem ser seguido por um segurança) é fundamentada sobre a construção de agentes negros como moralmente suspeitos, e sobre a *distância* de agentes brancos desta imagem de suspeição. É preciso, portanto, que os brancos percebam que a expansão e permissibilidade características de sua espacialidade vivida é uma marca de privilégio e não (ou não apenas) de competência, que oprime e exclui não-brancos desses espaços. Como diz George Yancy (2015, p. xii):

A realidade social, psicológica e fenomenológica da raça para os brancos é constituída através da matriz intersubjetiva e interpessoal em termos da qual os brancos realizam um modo compartilhado de ser-racializado-no-mundo, uma forma de estar-no-mundo que é marcada como benigna e natural, mas é nefastamente opressora e astuciosamente enganadora.

Quebrar esta ilusão de neutralidade não é fácil. Como já nos mostrou Charles Mills (1997/2022), a supremacia e o privilégio brancos só podem ser sustentados por um tipo de ignorância ativa da parte dos brancos. Esta ignorância não é puramente negativa, isto é, algo que diz respeito somente a uma ausência de conhecimento. É, sobretudo, um bloqueio coletivo, um acordo tácito que sustenta ativamente o que Mills chama de *ignorância branca*, algo que está constitutivamente ligado ao que é ser branco em uma sociedade racista. E uma das formas em que esta ignorância se manifesta é, justamente, através da ilusão de neutralidade da espacialidade vivida da expansividade branca, que faz

Vieses implícitos, expansividade branca
e a percepção racializada do espaço

com que os brancos não percebam a violência e opressão da racialização presente nesses espaços. Como diz Mills (1997/2002, p. 52),

[...] em questões relacionadas a raça, o contrato racial prescreve para seus signatários uma epistemologia invertida, uma epistemologia da ignorância, um padrão particular de disfunções cognitivas localizadas e globais (que são psicológica e socialmente funcionais), produzindo o resultado irônico de que os brancos, em geral, não serão capazes de compreender o mundo que eles próprios criaram.

O mecanismo psicológico pelos quais os brancos sustentam sua ignorância foi descrito por George Yancy (2015, p. xv) como *suturação*, ou “formas de fechamento e proteção contra interações axiológicas e corporificadas não-brancas, fissuras epistêmicas e rupturas normativas brancas”. Alguns exemplos de suturação envolvem casos em que agentes brancos se desviam de acusações de opressão e injustiça através do humor (“era só brincadeira”), desdém (“que exagero”) ou assimilação da opressão do outro a alguma experiência negativa que este agente já possa ter encontrado em sua experiência pessoal (“eu também já sofri”).

No entanto, Yancy considera que é possível “de-suturar-se”, e passar assim a perceber sua própria branquitude e reconhecer seu papel na manutenção do racismo e violência dos espaços em que agem e se movimentam. Um exemplo de de-suturação pode ser encontrado nos casos descritos por Sullivan em que agentes brancos entram em espaços não-brancos sem o devido cuidado e respeito, devido ao hábito da expansividade branca. Nesse caso, diz Sullivan (2006, p. 165), de-suturar-se significa reconhecer sua própria falta de legitimidade e abrir-se a experiências afetivas negativas que possam decorrer de tal reconhecimento. Como diz a autora, “desconforto e sentimentos de ilegitimidade são respostas inteiramente apropriadas ao reconhecimento de que o espaço não é racialmente neutro ou vazio e que pessoas brancas não têm uma reivindicação legítima a todo espaço”.

Esta análise, no entanto, se limita a casos em que espaços tipicamente não-brancos são ocupados por agentes brancos sem o devido cuidado ou respeito. Mas agentes brancos podem também de-suturar-se em outros espaços, se abrindo, por exemplo, a experiências afetivas de desconforto, indignação e frustração, ao perceberem a ausência (ou presença largamente minoritária) de agentes não-brancos em espaços como conferências de filosofia, programas de pós-graduação, oportunidades acadêmicas (bolsas de produtividade, iniciação científica, bolsas de mobilidade, etc.), e assim por diante.⁷

Afinal, como argumenta Mills (1998), o espaço epistêmico em que adquirimos e transmitimos conhecimento não é um espaço homogêneo e aberto a todos. Ao invés disso, agentes epistêmicos estão situados em um espaço que é ele mesmo socialmente estruturado, heterogêneo e repleto de fricções, resistências e discontinuidades. No entanto, a expansividade e ignorância branca fazem com que o espaço seja percebido como homogêneo e racialmente neutro, ainda que sejam predominantemente brancos e excludentes para não-brancos. Na medida em que estes mesmos agentes transmitem a outros agentes brancos um espaço falsamente neutro e homogêneo, estão compactuando com a exclusão de não-brancos desses espaços. Ao de-suturar-se, o agente branco se expõe à ilusão de neutralidade do espaço, reconhecendo que sua própria espacialidade vivida é fruto de privilégio e exclusão de agentes não-brancos. Após a de-suturação, passa-se assim a transmitir a outros agentes um espaço fraturado e descontínuo, em que agentes de diversos grupos raciais podem agir e se locomover. Recusa-se assim a expansividade branca irrefletida que visa ocupar até mesmo os espaços epistêmicos antirracistas, que eram percebidos como legitimamente disponíveis para ocupação. Ao de-suturar-se, o agente

⁷ De fato, os dados sobre a baixa representatividade negra nesses espaços são alarmantes. Cf. sobretudo estudos quantitativos de Sá Moreira (2019; 2023), Barbosa & Silva (2017) e Santos *et al* (2021).

branco passa a adentrar esses espaços com humildade epistêmica e escuta aberta (Medina, 2013) reconhecendo os limites e restrições de sua mobilidade em um espaço repleto de fricções e resistências. A espacialidade vivida se transforma e a ilusão de neutralidade é enfim exposta, criando-se um novo hábito corporificado de-suturado que reconhece e legitima as resistências e fricções do espaço ao invés de simplesmente ignorá-las.

5 Considerações finais

Nesse artigo vimos que vieses implícitos podem ser pensados como hábitos perceptuais corporificados, ou formas socialmente aprendidas de lidar com diferentes aspectos do mundo social, moldadas por categorias como raça, gênero, etc. Esses hábitos determinam não apenas como interagir com membros de outros grupos sociais, mas como também moldam nossos gostos, preferências, disposições afetivas e cognitivas, além do modo como orientamos nossos corpos, ocupamos o espaço físico à nossa volta e interagimos com pessoas e objetos em nosso meio. A partir desta análise, caracterizamos o hábito perceptual corporificado da branquitude em termos de *expansividade branca*, ou uma orientação pré-reflexiva que faz com que o espaço e sua estrutura sociomaterial seja experienciada em termos de expansão e permissibilidade. Embora esta forma de percepção do espaço seja uma marca do privilégio branco ela não é racialmente marcada na experiência, e, portanto, o espaço continua a ser percebido como racialmente neutro ainda que seja profundamente racializado.

Como argumentei ao longo deste artigo, esta percepção de neutralidade é uma percepção racialmente enviesada, fundamentada sobre a exclusão de agentes não-brancos desses espaços. Esta percepção deriva de um hábito racial corporificado, que, como qualquer hábito socialmente aprendido, é teimosamente resistente a mudanças. No

entanto, George Yancy (2015) sugere que a mudança é possível através de um processo chamado por ele de *de-suturação*, em que a espacialidade vivida de agentes não-brancos é alterada de forma a reconhecer as várias resistências, fricções e descontinuidades que existem no espaço. A de-suturação segundo Yancy é um processo profundamente afetivo, que envolve a adoção de uma nova postura afetiva em relação ao mundo que transforma o conforto da branquitude no desconforto do racismo. De-suturar-se é estar disposto a viver com a “ferida aberta”, estando plenamente consciente de que cada ação realizada e cada oportunidade percebida no mundo não é uma ação ou percepção neutra, mas carrega consigo séculos de violência e exploração racial, necessários para que brancos pudessem exercer sua agência desta forma. De-suturar-se é, portanto, um passo importante em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva.

Como hábitos são ao mesmo tempo propriedades de indivíduos e propriedades do mundo social, há um contínuo ciclo de retroalimentação entre os âmbitos individuais, coletivos e institucionais. Ou seja, pressões coletivas e institucionais fazem com que indivíduos mudem seus hábitos, que por sua vez irão levar a novas reivindicações sociais, novas pressões coletivas e mudanças institucionais. Não se trata, portanto, de uma solução individualista, nem tampouco de uma proposta puramente institucional. Afinal, se uma marca característica de hábitos é que eles são transmitidos social e institucionalmente, qualquer intervenção individual na mudança de hábitos deve ao mesmo tempo interromper a transmissibilidade por meio de mudanças institucionais e coletivas.

Referências

AHMED, S. A phenomenology of whiteness. In: *Feminist Theory*, v. 8, n. 2, 2007.

Vieses implícitos, expansividade branca
e a percepção racializada do espaço

- BARBOSA e SILVA, L. Racismo Institucional e as Oportunidades Acadêmicas nas IFES. In: *Revista Brasileira de Ensino Superior*, v. 3, n. 3, 2017.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1949].
- BOURDIEU, P. *The Logic of Practice*. Redwood City: Stanford University Press, 1980.
- BROWNSTEIN, M.; MADVA, A. & GAWRONSKI, B. What do implicit measures measure? In: *Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science*, v. 10, n. 5, 2019.
- FAZIO, R.H.; SANBONMATSU, D.M.; POWELL, M.C. & KARDES, F.R. On the Automatic Activation of Attitudes. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 50, n. 2, 1986.
- GAWRONSKI, B. & BODENHAUSEN, G. The associative-propositional evaluation model: Theory, evidence, and open questions. In: OLSON, J. M. & ZANNA, M. P. (Orgs.), *Advances in experimental social psychology*. Cambridge: Academic Press, 2011.
- GREENWALD, A.G.; MCGHEE, D.E.; SCHWARTZ, J.L.K. Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 74, n. 6, 1998.
- HUGENBERG, K. & BODENHAUSEN, G. Facing Prejudice: Implicit prejudice and the perception of facial threat. In: *Psychological Science*, v. 14, n. 6, 2003.
- HUGENBERG, K. & BODENHAUSEN, G. Ambiguity in social categorization: The role of prejudice and facial affect in race categorization. In: *Psychological Science*, v. 15, n. 5, 2004.
- JAMES, W. *Principles of Psychology Vol. 1*. New York: Dover Publications, 1950 (1890).
- LEBOEUF, C. The Embodied Biased Mind. In: BEEGHLY, E. & MADVA, A. (Orgs.). *An Introduction to Implicit Bias: Knowledge, Justice, and the Social Mind*. New York: Routledge, 2020.
- MACHERY, E. Anomalies in implicit attitudes research. In: *Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science*, v. 13, n. 1, 2022.

- MEDINA, J. *The Epistemology of Resistance: gender and racial oppression, epistemic injustice, and resistant imaginations*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2022 [1945].
- MILLS, C. Alternative Epistemologies. In: MILLS, C. *Blackness Visible: Essays on Philosophy and Race*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- MILLS, C. *O Contrato Racial*. Trad. Teófilo Reis e Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [1997].
- PAYNE, B.K.; CHENG, C.M.; GOVORUN, O; STEWART, B.D. An inkblot for attitudes: Affect misattribution as implicit measurement. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, v.89, n.3, 2005.
- PAYNE, B.K. & GAWRONSKI, B. A History of Implicit Social Cognition: Where Is It Coming From? Where Is It Now? Where Is It Going? In: GAWRONSKI, B. & PAYNE, B.K. (Orgs.). *Handbook of Implicit Social Cognition*. New York: Guilford Press, 2010.
- PRICE, J; WOLFERS, J. Racial Discrimination Among NBA Referees. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 125, n. 4, 2010.
- SÁ MOREIRA, F. Estudos Filosóficos Sobre o Negro no Brasil: Um levantamento de teses e dissertações em temáticas negras nos programas de pós-graduação da área de filosofia (1987-2018). In: *Problemata*, v. 10, n. 2, 2019.
- SÁ MOREIRA, F. Negros em Programas de Pós-Graduação em Filosofia no Brasil. In: *Educação e Filosofia*, v. 37, n. 79, 2023.
- SANTOS, E.S; GOMES, N.L.; SILVA, G.M. & BARROS, R.C.S. Racismo Institucional e Contratação de Docentes nas Universidades Federais Brasileiras. In: *Educação e Sociedade*, v. 42, 2021, e253647.
- SULLIVAN, S. Race, Space, and Place. In: SULLIVAN, S. *Revealing whiteness: the unconscious habits of racial privilege*. Bloomington: Indiana University Press, 2006.
- WILSON, J.P.; HUGENBERG, K.; RULE, N.O. Racial bias in judgments of physical size and formidability: From size to threat. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 113, n. 1, 2017.

Vieses implícitos, expansividade branca
e a percepção racializada do espaço

YANCY, G. Introduction: un-sutured. In: YANCY, G. (Org.), *White self-criticality beyond anti-racism: how does it feel to be a white problem?* Lanham: Lexington Books, 2015.

YOUNG, I.M. Throwing like a girl: a phenomenology of feminine body comportment, motility, and spatiality. In: YOUNG, I.M. *On Female Body Experience*. Oxford: Oxford University Press, 2005.